

Sumário

Sumário2

Apresentação do comitê e da mesa3

Carta aos delegados4

Explicação do comitê...................................................................................................................................................5

Explicação do tema6

APEC7-10

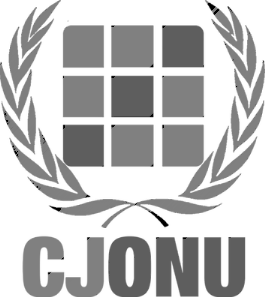
CELAC...........................................................................................................................................................................................11-17

G7...................................................................................................................................................................................................18-24

UE...................................................................................................................................................................................................25-31

Bibliografia.................................................................................................................................................................................32-34

Página 2



**Apresentação do Comitê**

Nome: Primeiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas ou Comitê COP

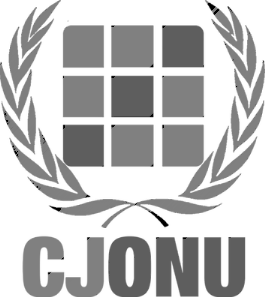
Tema: Desenvolvimento de medidas contra as alterações climáticas

E-mail: cjonucomite1@gmail.com

**Apresentação da Mesa Diretora**

A Mesa Diretora é composta por três participantes, dentre eles duas alunas do 2º ano do Ensino Médio, Yasmin Moscato Jorge e Letícia Preti Capretz, e um aluno Chefe de Mesa do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Crescer de Jundiaí chamado Felipe Pincinato Albano..

Página 3



Jundiaí, 23 de janeiro de 2018

Ao distinto Sr./Sra. Representante de seu país-membro junto à Organização das Nações Unidas.

Caro Sr./Sra.

Para a congregação do Primeiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas, cujo tópico a ser discutido será ‘’Desenvolvimento de Medidas contra as Alterações Climáticas’’, gostaríamos que considerasse as seguintes instruções:

Objetivo Máximo

* Ressaltar que as mudanças climáticas colocam em risco a biodiversidade e bem-estar humano, assim como o futuro do planeta;

Objetivo Mínimo

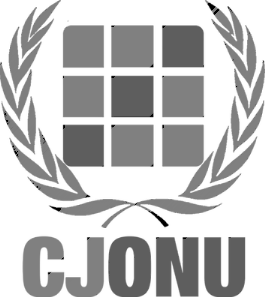
* Reafirmar a importância da presença da política climática e de seus Protocolos em discussões internacionais.

Deve também ser levado em consideração que a nova formulação da CJONU entrou em vigor neste comitê. O antigo modelo de discussão propunha aos representantes atacar e/ou defender os outros países ali presentes, gerando assim uma atmosfera de rivalidade e soberania. Entretanto o novo modelo agora imposto prioriza o consenso amigável entre os países com o propósito de tecer acordos mais viáveis e aceitos, assim como tornar possível um ambiente mais amistoso e participativo entre os representantes.

Desejamos a todos boas-vindas e bons estudos,

Atenciosamente,

Mesa Diretora



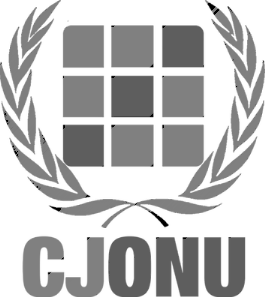
**Explicação do comitê**

O 1º comitê das Nações Unidas se encarrega de assuntos sociais, humanitários e culturais.

O comitê COP está dentro do 1º comitê, pois busca alcançar um novo acordo internacional sobre o clima, aplicável a todos os países, reconhecendo a existência de mudanças climáticas antropogênicas e dando os países industrializados a maior parte da responsabilidade para combatê-la. A COP tem como objetivo manter o aquecimento global abaixo dos 2°C. A UNFCCC foi adotada durante a Cúpula da Terra do Rio de Janeiro, em 1992, e entrou em vigor no dia 21 de março de 1994. Ela foi ratificada por 196 Estados, que constituem as “Partes” para a Convenção.

Ela reúne-se a cada ano em uma sessão global, onde as decisões são tomadas para cumprir as metas de combate às mudanças climáticas. Essas decisões só podem ser tomadas por unanimidade pelos Estados Partes ou por consenso.

Página 5



**Explicação sobre o tema**

O tema proposto neste comitê é ‘’ Desenvolvimento de medidas contra as alterações climáticas’’.

Esta proposta faz parte das discussões na política climática internacional, portanto também é conectada às discussões referentes, principalmente, à COP 21. A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que reúne anualmente os países Parte em conferências mundiais. Suas decisões só podem ser tomadas se forem aceitas pelas Partes, sendo soberanas e valendo para todos os países signatários. As COP’s que mais se destacaram ocorreram em 1997 e 2015. Esse destaque deve-se ao fato de que nestas duas conferências foram realizados dois importantes documentos para a política climática internacional: O Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris.

A COP, juntamente com o próprio comitê, possui como objetivo discutir e propor diminuição de emissão gases poluentes que acarretam o problema de forma significativa. Metas viáveis de redução de emissões para cada país, investimentos obrigatórios anuais para combater o problema sujeitos à fiscalização, metas para desenvolver energias alternativas, doações internacionais para países em desenvolvimento, mudanças nos combustíveis utilizados em automóveis; são exemplos do que é e deve ser proposto neste tema para a realização de um documento concreto.

**Última resolução do tema**

A última COP foi realizada no ano passado e foi titulada como COP 23, nela foram debatidas estratégias e formas para cumprir o Acordo de Paris.

Entretanto a última COP que realmente contou com uma importante resolução foi a COP 21 realizada em 2015. Na conferência os representantes foram capazes de realizar um novo importante acordo, o próprio Acordo de Paris antes citado, que almeja limitar o aumento da temperatura global em 1,5°C.

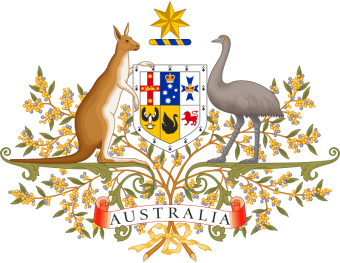
**Exemplos do que o acordo de Paris inclui**

– Planos para limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C;

– Fiscalização a cada cinco anos de como os países estão aplicando seus planos climáticos, com o primeiro encontro marcado para 2023;

– Um relatório especial redigido pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas para 2018 sobre os impactos do aquecimento global de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais.

Página 6



**Austrália**

O posicionamento da Austrália sobre as questões ambientais e sobre o próprio COP é caracterizado como positivo.

A Austrália tem muito em jogo nas negociações climáticas internacionais. Está altamente exposta aos impactos adversos das mudanças climáticas, de modo que uma ação global efetiva é uma prioridade nacional. Uma vez que as indústrias intensivas em emissões formam uma parcela relativamente alta de sua economia, tem um interesse vital em influenciar a forma como a economia global reduz a dependência dessas indústrias. A economia favorável ao clima tomará forma nas negociações e em torno delas, por isso deve fazer tudo o que puder para promover os seus interesses nacionais.



**Canadá**

O posicionamento do Canadá sobre as questões ambientais e sobre o próprio COP é caracterizado como positivo.

Seu objetivo é se esforçar para um limite de 1,5 graus nas conversações climáticas de Paris, o governo canadense deve comprometer-se a converter 100 por cento de energia renovável nos próximos 35 anos para ficar abaixo da marca de 1,5 C. Isso significa mover-se imediatamente para eliminar o poder do carvão; aumentar o investimento em energia renovável, como energia eólica, solar ou geotérmica; e repensar o transporte público.

*APEC* Página 7



**Estados Unidos da América**

O posicionamento dos Estados Unidos da América sobre as questões ambientais e sobre o próprio COP é caracterizado como negativo.

As regras criadas pelo poder executivo para descontinuar o uso do carvão, um dos combustíveis que mais emitem CO2, são essenciais para que os EUA cumpram sua própria promessa de redução de emissões. O objetivo proposto pelo país é um corte de ao menos 26% de suas emissões até 2030, em relação ao nível de emissões de 2005.

Entretanto em 2016 o presidente Donald Trump concluiu que o Acordo do Clima poderia comprometer o desenvolvimento do país, logo a decisão tomada pelo mesmo foi retirar-se do acordo. Nos EUA, particularmente, a maioria do Partido Republicano no Congresso é contra prejudicar a indústria de combustíveis fósseis, e tem confrontado medidas executivas do presidente.



**Indonésia**

O posicionamento da Indonésia sobre as questões ambientais e sobre o próprio COP é caracterizado como positiva.

Devido à sua colocação como o sexto país que mais produz gases de efeito estufa no mundo, destruição intensa de suas florestas tropicais e turfeiras ricas em carbono para plantações de óleo de palma e papel, o país possui uma situação completamente contraditória à sua opinião na política climática. Uma forte promessa de clima do país é fundamental para combater o aquecimento global.

*APEC* Página 8



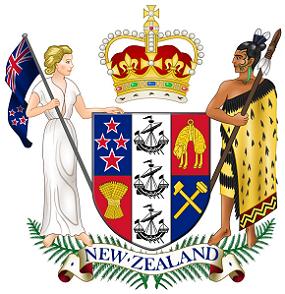
**Rússia**

O posicionamento da Rússia sobre as questões ambientais e sobre o próprio COP é caracterizado como positivo

Segundo números russos, a redução de emissões atingiu 70% entre 1990 e 2013. A Rússia evitou a emissão de 40 mil toneladas de dióxido de carbono, o que significa atrasar em "um ano" o aquecimento global.

Seus objetivos são tópicos relativos ao papel das florestas como fator de contenção do aquecimento global, bem como o papel da adaptação global de todos os países às mudanças climáticas.

*APEC* Página 9



**Nova Zelândia**

O posicionamento da Nova Zelândia a respeito das questões climáticas e da própria COP é caracterizado como positivo.

A Nova Zelândia ratificou o Acordo de Paris em 4 de outubro de 2016, o país pretende usar os mecanismos do mercado internacional, abordagens cooperativas e mercados de carbono para atingir a meta de seu NDC (Contribuição Nacional Determinada) que contém o objetivo de redução de 30% dos níveis de 2005 até 2030. Porém, essa meta ainda se encontra como insuficiente, significando que não é consistente com a manutenção do aquecimento abaixo de 2 ° C, muito menos a limitação a 1,5 ° C exigido pelo Acordo de Paris, e é compatível com o aquecimento entre 2 ° C e 3 ° C.

*APEC* Página 10



**Argentina**

O posicionamento da Argentina a respeito das questões climáticas e da própria COP é caracterizado como positivo.

A Argentina é um dos países em desenvolvimento que buscam participar ativamente na política internacional do clima e foi um dos participantes da resolução do Protocolo de Kyoto em 1997. Em 2011 o país ratificou o tratado, entretanto por se tratar de um país em desenvolvimento não houve implantação de metas por meio do acordo.

A preocupação com o investimento em energias limpas para amenizar a dependência em combustíveis fósseis e a emissão de gases está presente na política argentina. Em 2005 a Argentina se tornou o primeiro país em desenvolvimento a criar um Fundo de Carbono, medida que visa reduzir a emissão de gases estufa. Em 2016 o governo argentino calculou que será possível reduzir as emissões de gases em 18% até 2030. Essa meta poderia aumentar para 37% caso o país recebesse doações internacionais. Segundo a Bloomberg New Energy Finance, mais de 60% da energia da Argentina é gerada a partir de combustíveis fósseis. Esse fato garante que a produção de energia do país seja o segundo setor que mais emite gases poluentes. Tais fatos demonstram e influenciam positivamente o interesse argentino em participar na política climática internacional.

Os métodos aplicados pelo governo argentino para diminuir emissão de gases poluentes, e consequentemente contribuir para o equilíbrio climático, consistem principalmente em investimentos em energias alternativas e combate ao desmatamento. Calcula-se que 44% das emissões do país provêm do desmatamento, enquanto 27% são gerados pela indústria de energia. Além de metas para reduzir emissões até 2030, há também uma meta que almeja desmatamento zero que está apontada para ser concretizada em 2030. O desenvolvimento da energia solar e eólica também está especulado para amenizar o problema.

Dentro do CELAC o posicionamento positivo do governo argentino continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da CELAC compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a displicência dos Estados Unidos em relação ao mesmo. Em 2015 a CELAC fez um apelo para que os países desenvolvidos cumprissem sua promessa de disponibilizar US$ 100 bilhões por ano para financiar ações destinadas a amenizar mudanças climáticas. Esta semelhança de opiniões entre os participantes da CELAC ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual argentino dentro do posicionamento do bloco econômico.

*CELAC* Página 11



**Brasil**

O posicionamento do Brasil sobre as questões ambientais e sobre o próprio COP é caracterizado como positivo.

O Brasil chega à 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP21) como o único país em desenvolvimento a se comprometer com a redução absoluta de emissões de gases de efeito estufa para conter o aquecimento global. A redução absoluta das emissões é exigida apenas das economias desenvolvidas, mas será perseguida voluntariamente pelo governo brasileiro em todos os setores da economia como pecuária, agricultura e indústria. Trata-se de um objetivo ousado e um avanço em relação ao compromisso assumido na COP15, em 2009, quando o País anunciou uma meta de redução, mas como base nas tendências de emissões futuras.

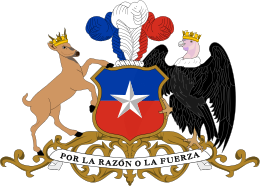
Para se ter uma ideia, o Brasil agora coloca como principal compromisso reduzir em 37%, até 2025, e em 43%, até 2030, as emissões de gases do efeito estufa. Para isso, o País pretende também zerar o desmatamento na Amazônia Legal e restaurar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, uma área equivalente ao território da Inglaterra.

Embora a recessão econômica tenha resultado em um crescimento de emissões mais lentas do que o esperado nos setores de energia e indústria do Brasil, os recentes desenvolvimentos no planejamento de infra-estrutura de energia e a reversão das políticas de desmatamento evidenciam uma piora da implementação da política climática nacional do Brasil - a direção oposta do que é necessário para atingir o objetivo do Acordo de Paris.

Os cortes do orçamento de 50% para o Ministério do Meio Ambiente e outras áreas levantam questões de preocupação em torno da capacidade do governo de monitorar o desmatamento adequadamente, como evidenciado nos crescentes níveis de desmatamento observados desde 2016, que adicionaram uma estimativa de 130 MtCO2 às emissões líquidas totais em 2016.

Os desenvolvimentos negativos observados recentemente no setor LULUCF exigiriam que as emissões de outros setores diminuíssem ainda mais para que o Brasil alcance seus objetivos. As atuais projeções de emissões de políticas para o Brasil não estão mais de acordo com a consecução dos objetivos da NDC. O que faz com que o Brasil seja classificado como "Insuficiente", o que significa que seus objetivos não são consistentes com o aquecimento limitante abaixo de 2 ° C e, se todos os países seguissem a abordagem do Brasil, o aquecimento atingiria mais de 2 ° C e até 3 ° C.

*CELAC* Página 12



**Chile**

O posicionamento do Chile a respeito das questões climáticas e da própria COP é caracterizado como positivo.

O Chile é um dos países em desenvolvimento que buscam participar ativamente na política internacional do clima e foi um dos participantes da resolução do Protocolo de Kyoto em 1997. Em 2002 o país ratificou o tratado, entretanto por se tratar de um país em desenvolvimento não houve implantação de metas por meio do acordo.

A preocupação com o investimento em energias limpas para amenizar a dependência em combustíveis fósseis e a emissão de gases está presente na política chilena. Em dezembro de 2015 o país estabeleceu uma nova política energética nacional que estima que 70% da geração de energia no Chile provenha de fontes renováveis em 2050. No mesmo ano o Chile comprometeu-se a reduzir suas emissões de gases estufa em 30% até 2030. Essa meta poderia aumentar para 35% a 45% caso o país recebesse doações internacionais para concretização efetiva da mesma. O governo chileno também mostrou preocupação com o continuo registro de altos níveis de contaminação atmosférica, especialmente na capital, que prejudicam a saúde da população. Tais fatos demonstram e influenciam positivamente o interesse chileno em participar na política climática internacional.

Os métodos aplicados pelo governo chileno para diminuir emissão de gases poluentes, e consequentemente contribuir para o equilíbrio climático, consistem principalmente em reformas no setor energético nacional. Por enquanto apenas 13,5% do total de energia produzida do país correspondem a energias renováveis. O Chile possui alto potencial em energias renováveis não convencionais, logo há investimentos em energia solar e eólica. O EDA recomenda ao país aumentar as taxas tributárias sobre o diesel e a gasolina e/ou aumentar o imposto das emissões de carbono que sejam produzidas por estabelecimentos, a fim de criar um novo método para controlar a emissão de gases poluentes.

Dentro do CELAC o posicionamento positivo do governo chileno continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da CELAC compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a displicência dos Estados Unidos em relação ao mesmo. Em 2015 a CELAC fez um apelo para que os países desenvolvidos cumprissem sua promessa de disponibilizar US$ 100 bilhões por ano para financiar ações destinadas a amenizar mudanças climáticas. Esta semelhança de opiniões entre os participantes da CELAC ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual chileno dentro do posicionamento do bloco econômico.

*CELAC* Página 13



**México**

O posicionamento do México em relação às mudanças climáticas e o próprio COP é caracterizado como positivo.

Foi o primeiro país em desenvolvimento a apresentar seus compromissos ou "contribuições" para enfrentar esse problema. Sua meta nacional consiste em reduzir incondicionalmente 22% dos gases de efeito estufa e 51% dos poluentes vivos carbono curto, especificamente preto.

O México apresenta alta vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas e foi o primeiro país do mundo a assumir compromissos em relação à adaptação, já que os acordos se concentraram na questão de mitigação.

Dentro do CELAC o posicionamento positivo do governo mexicano continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da CELAC compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a displicência dos Estados Unidos em relação ao mesmo. Em 2015 a CELAC fez um apelo para que os países desenvolvidos cumprissem sua promessa de disponibilizar US$ 100 bilhões por ano para financiar ações destinadas a amenizar mudanças climáticas. Esta semelhança de opiniões entre os participantes da CELAC ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual mexicano dentro do posicionamento do bloco econômico.

*CELAC* Página 14



**Cuba**

O posicionamento da Cuba em relação às mudanças climáticas e o próprio COP é caracterizado como positivo.

Seus objetivos são:

-O novo acordo definir as questões que precisam ser abordadas em termos de mitigação na emissão de gases de efeito estufa.

-Temperatura não aumente até 1,5 graus Celsius.

Dentro do CELAC o posicionamento positivo do governo cubano continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da CELAC compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a displicência dos Estados Unidos em relação ao mesmo. Em 2015 a CELAC fez um apelo para que os países desenvolvidos cumprissem sua promessa de disponibilizar US$ 100 bilhões por ano para financiar ações destinadas a amenizar mudanças climáticas. Esta semelhança de opiniões entre os participantes da CELAC ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual cubano dentro do posicionamento do bloco econômico.

*CELAC* Página 15



**Peru**

O posicionamento do Peru em relação às mudanças climáticas e o próprio COP é caracterizado como positivo.

O Peru, foi um dos primeiros 20 países a ratificar o Acordo de Paris, especifica uma meta incondicional e uma meta condicionada à assistência internacional em sua Contribuição Nacionalmente Determinada. Ambas as metas abordam as emissões totais de gases de efeito estufa (GEE), incluindo aquelas decorrentes do uso da terra, mudanças no uso da terra e florestas (LULUCF), que representam metade das emissões do Peru e que devem dobrar até 2030. A meta incondicional é uma redução de 20%. abaixo de business-as-usual (BAU) até 2030, a meta condicional é de uma redução de 30%. Porém essas metas ainda são consideradas insuficientes em relação ao objetivo da cop21.

A luta contra as mudanças climáticas no país esta relacionada também a questões como fome, sede, território entre outros. Sendo assim essa luta se mostra como sendo urgente para proteger melhor as populações vulneráveis desse fenômeno do aquecimento.

Dentro do CELAC o posicionamento positivo do governo peruano continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da CELAC compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a displicência dos Estados Unidos em relação ao mesmo. Em 2015 a CELAC fez um apelo para que os países desenvolvidos cumprissem sua promessa de disponibilizar US$ 100 bilhões por ano para financiar ações destinadas a amenizar mudanças climáticas. Esta semelhança de opiniões entre os participantes da CELAC ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual peruano dentro do posicionamento do bloco econômico.

*CELAC* Página 16



**Bolívia**

O posicionamento da Bolívia em relação às mudanças climáticas e o próprio COP é caracterizado como positivo.

Em 2009 a Bolívia propôs a criação da corte ambiental internacional, com o objetivo de que esta corte force multinacionais a pagarem indenizações à comunidades indígenas que sofrem efeitos do aquecimento global.

Além disso, já visando a COP21, o país propõe compromissos nacionais para contribuir para a luta contra as alterações climáticas, porém só destina cerca de 1% dos recursos de seu orçamento geral para este fim.

Dentro do CELAC o posicionamento positivo do governo boliviano continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da CELAC compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a displicência dos Estados Unidos em relação ao mesmo. Em 2015 a CELAC fez um apelo para que os países desenvolvidos cumprissem sua promessa de disponibilizar US$ 100 bilhões por ano para financiar ações destinadas a amenizar mudanças climáticas. Esta semelhança de opiniões entre os participantes da CELAC ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual boliviano dentro do posicionamento do bloco econômico.

*CELAC* Página 17

****

**Arábia Saudita**

O posicionamento da Arábia Saudita sobre as questões ambientais e sobre o próprio COP é caracterizado como parcialmente positivo.

Pelo fato da Arábia Saudita ser o maior exportador de petróleo do mundo, não é surpresa que Riyadh se oponha a um acordo que reduziria drasticamente as emissões de gases de efeito estufa. Porém mesmo assim em 3 de novembro de 2016, a Arábia Saudita ratificou o Acordo de Paris e a Contribuição Nacional Determinada (INDC) tornou-se NDC. De acordo com a NDC, a Arábia Saudita procura reduzir suas emissões anuais até 130 MtCO2 e em 2030 através de medidas que têm benefícios mútuos na busca da diversificação econômica do petróleo, contribuir para a redução dos gases com efeito de estufa e a adaptação às mudanças climáticas, mas o cumprimento deste objetivo não é condicional ao apoio financeiro internacional

Com base nesse objetivo, a Arábia Saudita pode ser classificada como "Criticamente insuficiente". Isso significa que o compromisso climático da Arábia Saudita não está em consonância com qualquer interpretação de uma abordagem "justa" para o objetivo limite de 1,5 ° C do Acordo de Paris. Se todos os países seguissem a abordagem da Arábia Saudita, o aquecimento excederia 4 ° C. O abatimento proposto de 130 MtCO 2 ainda está longe do que poderia ser considerado um contributo justo do país para limitar o aquecimento global a 1,5 ° C. Além de que o objetivo é altamente inconsistente com o fato de que a Arábia Saudita é muito sensível às mudanças climáticas. O aquecimento médio para 2040 no país deverá ser superior à média global. Em um cenário de altas exportações de petróleo que representam 90% do PIB, a Arábia Saudita alcançaria seu objetivo através de medidas de eficiência energética, energia renovável, captura e armazenamento de carbono e aumento do uso de recuperação de gás metano, mas as medidas permanecem não quantificadas no NDC.

*G77* Página 18



**China**

O posicionamento da China sobre as questões ambientais e sobre o próprio COP é caracterizado como positivo.

O papel da China na COP21 é crítico. É o maior emissor mundial de emissões de GEE, e em 2013 pela primeira vez as emissões per capita ultrapassaram as da Europa. Porém devido aos níveis insustentáveis de poluição atmosférica e excesso de dependência dos recursos naturais importados, o governo chinês reforçou consideravelmente os regulamentos sobre as emissões de carbono, reforçou a aplicação da lei e investiu intensamente em fontes de energia renováveis, e a China agora representa o mercado de crescimento mais rápido do mundo e maior investidor para fontes renováveis. A China também realizou esforços notáveis para impulsionar a cooperação bilateral sobre as mudanças climáticas, sendo um marco importante o compromisso comum entre os EUA e a China de reduzir as emissões de carbono

Em 3 de setembro de 2016, a China ratificou o Acordo de Paris, anunciando uma série de objetivos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa até 2030. O país diz estar disposto a assumir responsabilidades, e considera lidar com as mudanças climáticas como oportunidade para seu padrão de desenvolvimento. Além disso a China anunciou que disponibilizaria 20 bilhões de yuans para apoiar outros países em desenvolvimento. Essa adoção da China a uma posição de liderança é vista por muitos como o início de uma nova era para a política climática.

Para cumprir as suas obrigações no âmbito do acordo de Paris, a China precisaria reduzir as emissões de carbono em 60-65% por unidade de PIB até 2030, em comparação com os níveis de 2005, e aumentar o uso de combustíveis não fósseis, de modo que representavam 20 % do seu consumo de energia.

*G77* Página 19



**Coreia do Sul**

O posicionamento da Coreia do Sul sobre as questões ambientais e sobre o próprio COP é caracterizado como positivo.

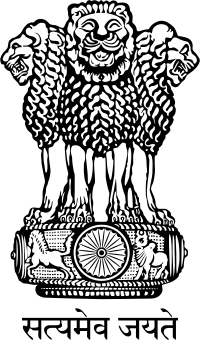
Apesar do novo governo da Coreia do Sul estar mostrando sinais de tomar medidas fortes para combater as mudanças climáticas, como encerrar dez usinas de carvão existentes, não criando novas usinas de carvão e não procurando prolongar a vida de suas usinas nucleares, seu compromisso climático do Acordo de Paris é muito fraco, permitindo que as emissões domésticas de gases do efeito estufa (excluindo as emissões do setor de uso da terra) em 2030 sejam mais que o dobro de seus níveis de 1990. Com as emissões já acima desse nível, e em um país com algumas das emissões de crescimento mais rápido na OCDE, o novo governo tem muito trabalho a fazer.

O objetivo do NDC da Coreia do Sul de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo das emissões normais de negócios (BAU) substitui a promessa anterior de Copenhague de 2020. Porém pelo fato de o compromisso anterior ser considerado mais ambicioso, a NDC acabou apresentando um enfraquecimento.

O país pretende alcançar o objetivo da NDC através de uma combinação de reduções de emissões domésticas e créditos de compras através de mecanismos de mercado internacionais. Com base nisso a Coreia do Sul pode ser classificada como "Altamente insuficiente". O que significa que o país não está em consonância com qualquer interpretação de uma abordagem "justa" para o objetivo limite de 1,5 ° C do Acordo de Paris, se todos os países seguissem a abordagem da Coreia do Sul, o aquecimento poderia atingir mais de 3 ° C e até 4 ° C.

Porém com o novo governo, o presidente Moon quer aumentar a participação da geração de eletricidade renovável em 2030 para 20%, com base na participação de 10% até 2024 atualmente visada pelo padrão de portfólio renovável. No entanto, ele também está planejando uma nova e nova geração de gás no mix de energia da Coréia do Sul. Se implementado, esses anúncios levariam a reduções de emissões de cerca de 69 a 84 MtCO2 e (9-11%) abaixo do atual nível de projeção de políticas em 2030, movendo a Coréia do Sul perto do nível-alvo do NDC para ser alcançado no mercado interno.

*G77* Página 20



**Índia**

O posicionamento da Índia sobre as questões ambientais e sobre o próprio COP é caracterizado como positivo.

Dirigir-se às mudanças climáticas é uma prioridade nacional para a Índia, o país tomou voluntariamente responsabilidade de responder a este desafio, levantou iniciativas de grande escala para aumentar a eficiência energética e também introduziu mecanismos para monitorar a qualidade do ar e o crescimento da poluição. Para a Índia, os países desenvolvidos precisam apoiar os países em desenvolvimento no combate às mudanças climáticas de acordo com o princípio da responsabilidade comum mas diferenciada (CBDR) e respectiva capacidade

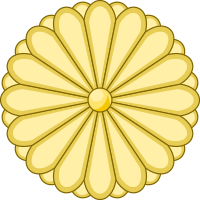
As atuais políticas climáticas da Índia irão vê-lo alcançando seu objetivo de capacidade não-fóssil de 2030 e superando seu objetivo de intensidade de emissões apresentado ao abrigo do Acordo de Paris. Se a Índia também implementar plenamente o Projeto de Plano de Eletricidade (mostrado como caminho de política planejada na avaliação CAT), ele poderia atingir o objetivo da capacidade mais de oito anos antes. Por conseguinte, está claro que a Índia poderia reforçar - e ainda alcançar - a contribuição nacionalmente determinada (NDC) apresentada ao abrigo do Acordo de Paris. Se isso acontecesse, o CAT poderia atualizar sua classificação de "2 ° C compatível" para "1.5 ° C compatível com o Acordo de Paris", o que tornaria a Índia um líder climático global.

A Contribuição Nacionalmente Determinada da Índia (NDC) estabelece metas para 2030 para reduzir a intensidade de emissões do PIB entre 33% -35% abaixo dos níveis de 2005, aumentar a participação da capacidade de geração de energia não fóssil para 40% (equivalente a 26-30% de geração) e criar um coletor de carbono adicional (cumulativo) de 2,5-3 GtCO2 e através de floresta adicional e cobertura de árvore.

Duas publicações de 2017 por um grupo de pesquisa do governo, levantaram preocupações sobre o compromisso da Índia com o crescimento econômico com baixa emissão de carbono: o Projeto de Política Energética Nacional do governo e a Agenda de Ação Três Anos (2017-18 a 2019-20), ambos incluem recomendações para aumentar a produção doméstica e distribuição de carvão, petróleo e gás. Embora o objetivo declarado desta expansão da produção e distribuição de combustíveis fósseis domésticos seja para aumentar a segurança energética da Índia, eles podem estimular a demanda de energia baseada em fóssil adicional, levando a maiores emissões de GEE.

Com base no Projeto de Plano de Eletricidade, a Índia reduzirá significativamente suas emissões e, até 2030, sua intensidade de emissões será 51-53% abaixo dos níveis de 2005, superando seu objetivo NDC.

*G77* Página 21



**Japão**

O posicionamento do Japão sobre as questões ambientais e sobre o próprio COP é caracterizado como positivo.

O Japão ratificou o Acordo de Paris em 8 de novembro de 2016. A posição básica do Japão para a COP21 e os INDCs é ter um acordo "justo e efetivo" com "contribuição dos países em desenvolvimento e desenvolvidos". O Japão pretende ajudar o desenvolvimento dos países em desenvolvimento através do financiamento e da inovação, e inclui um objetivo de redução de emissões de 26% abaixo dos níveis de 2013 até 2030, equivalente a 18% abaixo dos níveis de 1990 até 2030

O NDC do Japão baseia-se em um método contábil problemático que exclui o uso da terra, a mudança do uso do solo e a silvicultura (LULUCF) das emissões do ano base, mas inclui as emissões do ano-alvo. Este tipo de contabilização de emissões assimétricas precisa ser examinado de acordo com o Acordo de Paris. Ao contabilizar os créditos LULUCF no ano base, esse objetivo é reduzido para 23% abaixo dos níveis de 2013 (15% abaixo de 1990). O governo japonês também propõe o uso do Mecanismo de Credencial Conjunta (JCM), que poderia potencialmente reduzir ainda mais o nível de reduções domésticas, dependendo de como o Japão pretende dar conta dos créditos cumulativos no período pós-2020.

A estratégia energética que foi desenvolvida em conjunto com o alvo não está em consonância com o que é necessário para transformar o setor de energia do Japão em uma economia de baixo carbono. Na verdade, o contrário é o caso, uma vez que as usinas de energia a carvão devem desempenhar um papel cada vez mais importante no Japão. A parcela das opções de baixo carbono no setor de fornecimento de energia aumentará apenas ligeiramente de 37,5% antes da crise de Fukushima para aproximadamente 44% em 2030, se o objetivo declarado do governo de uma participação de 20-22% a eletricidade nuclear é alcançada, ou menos se não for esse o caso.

*G77* Página 22



**Nigéria**

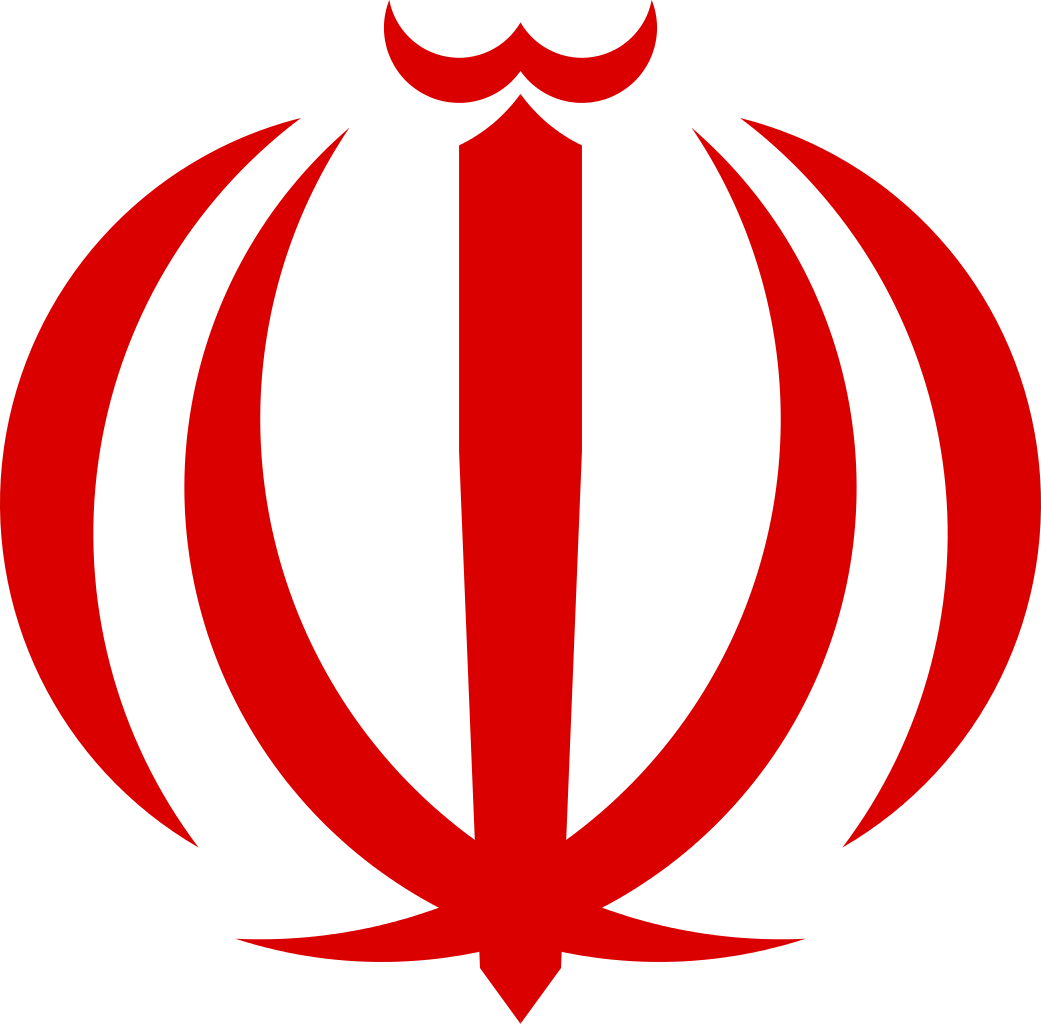
O posicionamento da Nigéria a respeito das questões climáticas e da própria COP é caracterizado como positivo.

O país apresenta como promessa e objetivo os tais assuntos :

-A Nigéria propõe reduzir suas emissões em 20% até 2030 contra esse cenário de laissez-faire. Com apoio internacional, a Nigéria propõe reduzi-los em 45%.

-País vai "trabalhar para" acabar com a queima de gás até 2030

*G77* Página 23



**Irã**

O posicionamento do Irã a respeito das questões climáticas e da própria COP é caracterizado como positivo.

Apesar de ter problemas ambientais, o país demonstra interesse em participar ativamente da política climática. Em 2016, o Irã demonstrou uma postura negativa em relação à saída dos EUA do Acordo de Paris.

De acordo com a Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Irã, o mesmo é o país mais avançado e interessado em energias renováveis no Oriente Médio. Tais fatos implicam que o seu governo tem interesse em reduzir as emissões de gases estufa na área de produção de energia.

*G77* Página 24



**Alemanha**

O posicionamento da Alemanha a respeito das questões climáticas e da própria COP é caracterizado como positivo.

O país é considerado um forte contribuinte na política internacional do clima, um grande ampliador de energias alternativas e foi um dos impulsionadores da resolução do Protocolo de Kyoto em 1997. A Alemanha ratificou o tratado e ultrapassou sua própria meta de reduzir as emissões de gases poluentes em 21% até 2012.

Essa grande preocupação com a necessidade de diminuir as taxas de emissão de gases que participam ativamente da alteração climática do planeta está interligada com a condição atual do país. Em 2016 a Alemanha ocupou o sexto lugar no ranking dos ‘’10 Maiores Poluidores’’ com a produção de 858 milhões de toneladas de dióxido de carbono. No mesmo ano foi considerada o país que mais poluiu na União Europeia. Esta situação nacional coloca em risco suas espécies endêmicas, sua flora, suas reservas de água, saúde e bem estar de sua população. Tais fatos influenciam diretamente na forma como a Alemanha se posiciona e em seus ideais, garantindo assim uma forte opinião política a favor das leis ambientais e climáticas protecionistas que visam reverter e impedir maiores danos.

Os métodos atualmente aplicados pelo governo alemão para diminuir emissão de gases poluentes, e consequentemente contribuir para o equilíbrio climático, consistem principalmente em ampliação e desenvolvimento de energias alternativas. A Alemanha é considerada país líder em energia eólica e um dos líderes mundiais na instalação de energia solar fotovoltaica. O país também pretende abandonar o uso da energia fóssil e nuclear, esta prevista para ser completamente abandonada até 2022.

Dentro da União Europeia o posicionamento positivo do governo alemão continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da UE compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a não ratificação dos Estados Unidos. Já em 2010 toda a UE concordou em colocar em vigor a diretiva NEC (National Emission Ceilings Directive), que define limites de emissões de quatro substâncias tóxicas em todos os países membros. Esta semelhança de opiniões entre todos os participantes da UE ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual alemão dentro do posicionamento do bloco econômico.

*UE* Página 25



**Espanha**

O posicionamento da Espanha a respeito das questões climáticas e da própria COP é caracterizado como positivo.

O país é considerado um contribuinte na política internacional do clima, um grande ampliador de energias alternativas e foi um dos participantes da resolução do Protocolo de Kyoto em 1997. A Espanha ratificou o tratado e anos depois assinou o Acordo de Paris, mais um acordo climático, criado em 2015.

A preocupação com as alterações climáticas e com o investimento em energias limpas para amenizar este problema alarmante são extremamente presentes na política espanhola. Em 2014 o país ocupou a sétima posição no ranking dos ‘’20 países mais sustentáveis do mundo’’. Dois anos depois a Espanha deu um pequeno salto e garantiu seu sexto lugar no mesmo ranking. Em 2009 foi calculado que mais de 50% da energia produzida no território foi gerada por moinhos de vento. Um ano depois os espanhóis superaram os Estados Unidos como líderes mundiais em energia solar com uma planta de grande potência na estação chamada La Florida. Como o território da Espanha carece de petróleo, há um grande investimento estratégico e benéfico na área de energias alternativas. Tais fatos e colocações influenciam diretamente na forma como a Espanha se posiciona, levando-a a manter seus ideais e sua forte opinião política positiva.

Os métodos aplicados pelo governo espanhol para diminuir emissão de gases poluentes, e consequentemente contribuir para o equilíbrio climático, consistem principalmente em grandes investimentos em energias limpas. A Espanha é considerada um dos países pioneiros na instalação de energia eólica, figurando como o quarto país do mundo quando se trata de potência eólica instalada.

Dentro da União Europeia o posicionamento positivo do governo espanhol continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da UE compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a não ratificação dos Estados Unidos. Já em 2010 toda a UE concordou em colocar em vigor a diretiva NEC (National Emission Ceilings Directive), que define limites de emissões de quatro substâncias tóxicas em todos os países membros. Esta semelhança de opiniões entre todos os participantes da UE ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual espanhol dentro do posicionamento do bloco econômico.

*UE* Página 26



**Finlândia**

O posicionamento da Finlândia a respeito das questões climáticas e da própria COP é caracterizado como positivo.

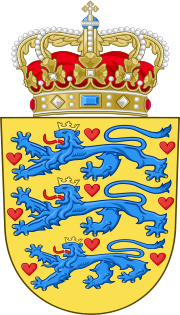
O país é considerado um contribuinte na política internacional do clima, um grande ampliador de energias alternativas e foi um dos participantes da resolução do Protocolo de Kyoto em 1997. A Finlândia ratificou o tratado e anos depois assinou o Acordo de Paris, mais um acordo climático, criado em 2015.

A preocupação com as alterações climáticas e com metas para diminuir a emissão de gases poluentes que desencadeiam este problema são presentes na política sueca. Em 2014 o país ocupou a décima oitava colocação no ranking dos ‘’20 países mais sustentáveis do mundo’’. Dois anos depois a Finlândia deu um grande salto ao ocupar o primeiro lugar no mesmo ranking. Em 2015 o país mostrou interesse em se tornar um dos primeiros países livres de combustíveis fósseis do mundo, segundo o ministro do Meio Ambiente, Kimmo Tiilikainen, o governo pode cumprir a meta em 2045. Um ano antes o governo finlandês já havia mostrado interesse em reduzir 80% das emissões de gases poluentes em relação ao que era emitido em 2005. Tais fatos e colocações influenciam diretamente na forma como a Finlândia se posiciona, levando-a a manter seus ideais e sua forte opinião política positiva.

Os métodos aplicados pelo governo finlandês para diminuir emissão de gases poluentes, e consequentemente contribuir para o equilíbrio climático, consistem principalmente em investimentos em energias alternativas e mudanças nos combustíveis utilizados no transporte. Por ser um dos setores que mais poluem, o transporte foi oque recebeu maior atenção. Os biocombustíveis e os automóveis elétricos devem ganhar cada vez mais espaço no país, a fim de alcançar as metas de redução de emissão de gases poluentes. Investimento em fontes renováveis e em usinas nucleares foi a segunda solução encontrada para reduzir as emissões.

Dentro da União Europeia o posicionamento positivo do governo finlandês continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da UE compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a não ratificação dos Estados Unidos. Já em 2010 toda a UE concordou em colocar em vigor a diretiva NEC (National Emission Ceilings Directive), que define limites de emissões de quatro substâncias tóxicas em todos os países membros. Esta semelhança de opiniões entre todos os participantes da UE ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual finlandês dentro do posicionamento do bloco econômico.

*UE* Página 27



**Dinamarca**

O posicionamento da Dinamarca a respeito das questões climáticas e da própria COP é caracterizado como positivo.

O país é considerado um contribuinte na política internacional do clima, um grande ampliador de energias alternativas e foi um dos participantes da resolução do Protocolo de Kyoto em 1997. A Espanha ratificou o tratado e anos depois assinou o Acordo de Paris, mais um acordo climático, criado em 2015.

A preocupação com as alterações climáticas e com o investimento em energias limpas para amenizar este problema alarmante são extremamente presentes na política dinamarquesa. Em 2014 o país ocupou a décima terceira colocação no ranking dos ‘’20 países mais sustentáveis do mundo’’. Dois anos depois a Dinamarca deu um grande salto ao ocupar o quarto lugar no mesmo ranking. A Dinamarca é um líder de longa data em energia eólica e, em maio de 2011, a Dinamarca investiu 3,1% do seu produto interno bruto em tecnologias de eficiência energética e em fontes de energias renováveis, algo em torno de 6,5 bilhões de euros. Em 6 de setembro de 2012, o país construiu a maior turbina eólica do mundo e pretende acrescentar mais quatro nos próximos quatro anos. Tais fatos e colocações influenciam diretamente na forma como a Finlândia se posiciona, levando-a a manter seus ideais e sua forte opinião política positiva.

Os métodos aplicados pelo governo dinamarquês para diminuir emissão de gases poluentes, e consequentemente contribuir para o equilíbrio climático, consistem principalmente em investimentos em energias alternativas e mudanças nos combustíveis utilizados no transporte. Por ser um dos setores que mais poluem, o transporte também recebeu maior atenção. Os automóveis elétricos devem ganhar cada vez mais espaço no país, a fim de alcançar as metas de redução de emissão de gases poluentes. Investimentos em energias renováveis, principalmente eólica, foram a segunda solução encontrada para diminuir o problema.

Dentro da União Europeia o posicionamento positivo do governo dinamarquês continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da UE compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a não ratificação dos Estados Unidos. Já em 2010 toda a UE concordou em colocar em vigor a diretiva NEC (National Emission Ceilings Directive), que define limites de emissões de quatro substâncias tóxicas em todos os países membros. Esta semelhança de opiniões entre todos os participantes da UE ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual dinamarquês dentro do posicionamento do bloco econômico.

*UE* Página 28



**França**

O posicionamento da França a respeito das questões climáticas e da própria COP é caracterizado como positivo.

O país é considerado um forte contribuinte na política internacional do clima, foi o país sede da COP 21 e um dos impulsionadores da resolução do Protocolo de Kyoto em 1997. A França ratificou o tratado e em 2005 fez um pedido, não atendido, aos Estados Unidos para que o mesmo também ratificasse o tratado.

A preocupação com o meio ambiente e com as alterações climáticas são extremamente presentes na política francesa. Em 2012 temia-se que o presidente francês não cumprisse e nem mantivesse as propostas de transição ecológica prometidas em sua campanha presidencial graças à crise que havia atingido a Europa, entretanto François Hollande reafirmou que a proteção do meio ambiente deveria ser considerada como uma alavanca ao desenvolvimento econômico e não como um obstáculo. Em 2016 a França ocupou o décimo lugar no ranking dos ‘’20 países mais verdes’’ com a pontuação de 88.20 de 100. O país é considerado o menor emissor de dióxido de carbono do grupo G7 (As sete economias mais avançadas do mundo). Tais colocações influenciam diretamente na forma como a França se posiciona, levando-a a manter seus ideais e sua forte opinião política positiva.

O método aplicado pelo governo francês para controlar a emissão de gases poluentes, e consequentemente contribuir para o equilíbrio climático, consistiu em forte investimento em energia nuclear. Atualmente há metas para limitar a dependência da energia nuclear, uma vez que a maior parte da eletricidade produzida no país é gerada por usinas nucleares. Na Conferência Ambiental na França realizada em 2012 foi especulado maior investimento em outros exemplares de energias limpas, sobretudo na energia eólica e na energia solar.

Dentro da União Europeia o posicionamento positivo do governo francês continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da UE compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a não ratificação dos Estados Unidos. Já em 2010 toda a UE concordou em colocar em vigor a diretiva NEC (National Emission Ceilings Directive), que define limites de emissões de quatro substâncias tóxicas em todos os países membros. Esta semelhança de opiniões entre todos os participantes da UE ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual francês dentro do posicionamento do bloco econômico.

*UE* Página 29



**Itália**

O posicionamento da Itália a respeito das questões climáticas e da própria COP é caracterizado como positivo.

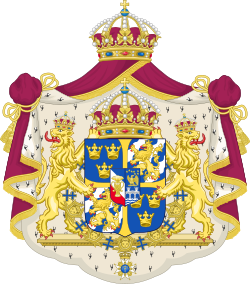
O país é considerado um forte contribuinte na política internacional do clima, uma das potências mundiais em energia limpa e foi um dos participantes da resolução do Acordo de Paris em 2015. No ano seguinte a Itália ratificou o acordo e em 2017 foi um dos países que negaram a reabertura de discussões e uma possível negociação deste mesmo acordo com os Estados Unidos.

A preocupação com as alterações climáticas e com o investimento em energias limpas para amenizar este problema alarmante são extremamente presentes na política italiana. Em 2011, mesmo perante a pressão da crise que havia atingido a Europa, o governo italiano investiu US$ 28 bilhões em energias alternativas na esperança de estimular o crescimento econômico. O grande investimento garantiu a quinta colocação do país no ranking das ‘’10 maiores potências em energia limpa’’ no mesmo ano. Em 2014 a associação ecológica italiana Legambiente apresentou um relatório que comprovou a presença do uso de energia renovável em todos os 8 mil e 54 municípios da Itália, além disso o relatório também destacou a existência de 29 municípios que apenas utilizam energia renovável para atender a população. Tais fatos influenciam diretamente na forma como a Itália se posiciona, levando-a a querer manter seus ideais e sua forte opinião política positiva.

Os métodos aplicados pelo governo italiano para diminuir emissão de gases poluentes, e consequentemente contribuir para o equilíbrio climático, consistem principalmente em grandes investimentos em energias limpas. A Itália é considerada referência na instalação de energia solar fotovoltaica e energia eólica, estas que respectivamente são os maiores setores de energias renováveis e limpas do país.

Dentro da União Europeia o posicionamento positivo do governo italiano continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da UE compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a não ratificação dos Estados Unidos. Já em 2010 toda a UE concordou em colocar em vigor a diretiva NEC (National Emission Ceilings Directive), que define limites de emissões de quatro substâncias tóxicas em todos os países membros. Esta semelhança de opiniões entre todos os participantes da UE ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual italiano dentro do posicionamento do bloco econômico.

*UE* Página 30



**Suécia**

O posicionamento da Suécia a respeito das questões climáticas e da própria COP é caracterizado como positivo.

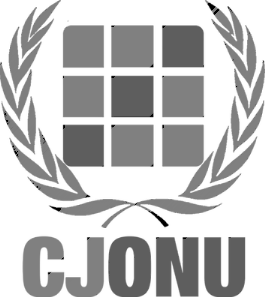
O país é considerado um forte contribuinte na política internacional do clima, um grande ampliador de energias alternativas e foi um dos participantes da resolução do Protocolo de Kyoto em 1997. A Suécia ratificou o tratado e no começo de 2018 colocou em vigor uma nova lei climática nacional que visa redução de 85% das emissões de gases poluentes até 2045.

A preocupação com as alterações climáticas e com metas para diminuir a emissão de gases poluentes que desencadeiam este problema são presentes na política sueca. Em 2015 a Suécia mostrou interesse em se tornar um dos primeiros países livres de combustíveis fósseis do mundo, entretanto o país ainda não apresentou quanto tempo será necessário para atingir essa meta. Todavia o governo sueco mantém uma previsão de que a partir de 2020 as emissões de carbono de seu país terão reduzido de forma significativa. Em 2016 a Suécia ocupou o terceiro lugar no ranking dos ‘’20 países mais sustentáveis do mundo’’ com a pontuação de 90.43 de 100. Tais fatos e colocações demonstram e influenciam positivamente a forte opinião política sueca a favor das leis ambientais e climáticas protecionistas.

Os métodos aplicados pelo governo sueco para diminuir emissão de gases poluentes, e consequentemente contribuir para o equilíbrio climático, consistem principalmente em grandes investimentos em energias alternativas. A Suécia é uma referência na utilização da energia hidráulica e nuclear, estas respectivamente são os maiores setores de energias renováveis do país. Atualmente quase dois terços da eletricidade gerada na Suécia vêm de fontes com baixa emissão de carbono. Além dos investimentos em energias alternativas, o país propôs o banimento de automóveis movidos à gasolina e outros combustíveis fósseis até 2025.

Dentro da União Europeia o posicionamento positivo do governo sueco continua ativo e semelhante ao dos outros países-membros. Em 1997 todos os componentes da UE compartilharam do mesmo posicionamento em relação ao Protocolo de Kyoto e a não ratificação dos Estados Unidos. Já em 2010 toda a UE concordou em colocar em vigor a diretiva NEC (National Emission Ceilings Directive), que define limites de emissões de quatro substâncias tóxicas em todos os países membros. Esta semelhança de opiniões entre todos os participantes da UE ocorre até os dias de hoje, tornando possível e aceitável a adesão do posicionamento individual sueco dentro do posicionamento do bloco econômico.

*UE* Página 31



**Bibliografia**

Perfil da Alemanha. Disponível em: <<https://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt-br/impulsionadora-das-cooperacoes-sobre-o-clima>>. Acesso em 09 jan. 2018.

Perfil da Alemanha. Disponível em:< <https://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt-br/pioneira-na-politica-climatica>>. Acesso em 09 jan. 2018.

Terra,21 Junho 2016. Disponível em:< https://www.terra.com.br/noticias/climatempo/alemanha-e-pais-que-mais-polui-o-ar-na-uniao-europeia,93f00cf704797228fc1b607af448a8d0mvm37kou.html> . Acesso em 10 jan. 2018.

Mundo Educação. Disponível em:< <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/posicionamento-paises-protocolo-kyoto.htm>l>. Acesso em 10 jan. 2018.

N Cultura, 14 de Fevereiro 2016. Disponível em: <<http://ncultura.pt/os-10-paises-mais-poluidores-do-mundo/>>. Acesso em 10 jan 2018.

Wikipédia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Energias_renov%C3%A1veis_na_Alemanha>>. Acesso em 10 jan 2018.

Terra, 15 de Fevereiro 2005. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/interna/0,,OI472439-EI299,00%20.%20Japao+e+Franca+pedem+que+EUA+assinem+Kyoto.html>. Acesso em 10 jan. 2018.

INB-Blog, 19 de Setembro 2012. Disponível em: <<https://norbertobobbio.wordpress.com/2012/09/19/conferencia-ambiental-na-franca-as-questoes-do-desenvolvimento-sustentavel-na-pauta-governamental/>>. Acesso em 11 jan. 2018

Exame, 13 de Setembro 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/os-20-paises-mais-verdes-do-mundo-em-2016/>. Acesso em 11 jan. 2018.

Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/G7>. Acesso em 07 jan. 2018

Wikipédia. Disponível em:< <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7a#Energia_e_transportes>>. Acesso em 11 jan. 2018.

O Globo, 01 de Junho 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/alemanha-franca-italia-se-negam-renegociar-acordo-do-clima-21424543>>. Acesso em 13 jan. 2018

Ansa Brasil, 07 de maio 2014. Disponível em:<<http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/brasil/natureza/2014/05/07/Italia-usa-energia-renovavel-em-100-do-pais_7754072.html>>. Acesso em 13 jan. 2018.

O Globo, 10 de Novembro 2015, Disponível em:< <http://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2015/11/como-suecia-pretende-se-tornar-o-primeiro-pais-livre-de-combustiveis-fosseis-no-mundo.html>>. Acesso em 04 jan. 2018.

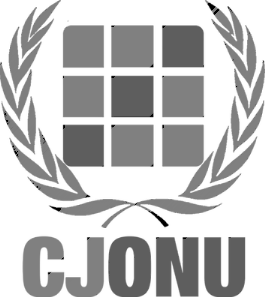
Wikipédia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Su%C3%A9cia#Transporte_e_energia>>. Acesso em 14 de jan. 2018.

Ciclo Vivo. Disponível em: http://ciclovivo.com.br/noticia/suecia-e-finlandia-querem-ser-carbono-zero-em-2045/>. Acesso em 10 jan. 2018.

Bio3, 22 de Março de 2017. Disponível em: <https://www.bio3consultoria.com.br/carbono-zero-em-2045/>. Acesso em 13 jan. 2018.

IPS Noticias. Disponível em:< <http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2016/08/ultimas-noticias/chile-deve-descarbonizar-modelo-economico/>>. Acesso em 15 jan.2018.

Página 32



**Bibliografia**

Notícias Terra, 02 de Setembro 2005. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/ciencia/interna/0,,OI651721-EI238,00.html>>. Acesso em 14 de jan. 2018.

La Nacíon, 17 de Novembro 2016. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1957084-la-argentina-aumento-su-compromiso-para-reducir-gases-contaminantes-antes-del-2020>>. Acesso em 12 de jan. 2018.

Petro Notícias, 26 de Maio 2013. Disponível em: <<https://petronoticias.com.br/archives/29471>>. Acesso em 15 de jan. 2018.

Globo, 01 de Junho 2016. Disponível em:< https://g1.globo.com/natureza/noticia/trump-anuncia-saida-dos-eua-do-acordo-de-paris-sobre-mudancas-climaticas.ghtml>. Acesso em 10 de jan. 2018.

Globo, 02 de Dezembro 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/12/eua-querem-acordo-com-formato-legal-hibrido-na-cop-21.html>>. Acesso em 07 de jan.2018.

The Guardian, 02 de Abril 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/apr/02/how-australia-can-make-its-presence-felt-at-the-copparis-climate-talks>>. Acesso em 15 de jan.2018.

CBS News, 10 de Dezembro 2015. Disponível em: <<http://www.cbc.ca/news/technology/climate-change-talks-canada-emissions-goal-1.3357770>>. Acesso em 15 de jan.2018.

Sputinik Brasil, 20 de Abril 2015. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/201604204230252-governo-russo-aprova-assinatura-acordo-clima-paris/>. Acesso em 14 de jan.2018.

O Globo, 02 de Junho 2017. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/russia-considera-acordo-de-paris-impraticavel-sem-os-eua-21427297>>. Acesso em 14 de jan.2018.

The Guardian, 21 de Setembro 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2015/sep/21/indonesia-promises-to-cut-carbon-emissions-by-29-by-2030>>. Acesso em 15 de jan.2018.

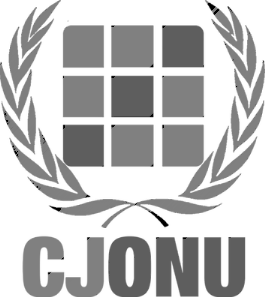
Gob.mx, 26 de Novembro 2015. Disponível em: <<https://www.gob.mx/semarnat/prensa/mexico-en-la-cop21-listo-y-decidido-a-enfrentar-el-cambio-climatico>>. Acesso em 14 de jan.2018.

Mi Cuba, 14 de Dezembro 2015. Disponível em: <<https://micubaporsiempre.wordpress.com/2015/12/14/el-acuerdo-de-paris-cuba-cop21/>>. Acesso em 15 de jan.2018.

Guia do Estudante, 3 de Dezembro 2015. Disponível em: <[https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-a-meta-de-reducao-de-gases-do-brasil-na-cop-21/](https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fguiadoestudante.abril.com.br%2Fblog%2Fatualidades-vestibular%2Fentenda-a-meta-de-reducao-de-gases-do-brasil-na-cop-21%2F&h=ATMsgM5z_S1_E7UPCOy-HG9zOQssaBP9aIEU3Mdp_Mx3-AbN3PQh7Voxq0N_yChAmMySX4mVnfvGWQU9Cym72H3YbXagq0ZbwozoA9gaBsZcGIufReO_KteqHVdIOCui3GmbXC098kDKD1M)>. Acesso em 14 de jan.2018.  
Governo do Brasil, 30 de Novembro 2015. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/11/com-proposta-mais-ambiciosa-Brasil-chega-a-COP21-como-importante-negociador-mundial-do-clima](https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fwww.brasil.gov.br%2Fmeio-ambiente%2F2015%2F11%2Fcom-proposta-mais-ambiciosa-Brasil-chega-a-COP21-como-importante-negociador-mundial-do-clima&h=ATMsgM5z_S1_E7UPCOy-HG9zOQssaBP9aIEU3Mdp_Mx3-AbN3PQh7Voxq0N_yChAmMySX4mVnfvGWQU9Cym72H3YbXagq0ZbwozoA9gaBsZcGIufReO_KteqHVdIOCui3GmbXC098kDKD1M)>. Acesso em 13 de jan.2018.

BBC Brasil, 12 de Dezembro 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151212\_acordo\_paris\_tg\_rb>. Acesso em 13 de jan.2018  
EM, 10 de Dezembro 2015. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2015/12/10/interna\_internacional,716028/g77-historico-grupo-negociador-expoe-seus-rachas-na-cop21.shtml](https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fwww.em.com.br%2Fapp%2Fnoticia%2Finternacional%2F2015%2F12%2F10%2Finterna_internacional%2C716028%2Fg77-historico-grupo-negociador-expoe-seus-rachas-na-cop21.shtml&h=ATMsgM5z_S1_E7UPCOy-HG9zOQssaBP9aIEU3Mdp_Mx3-AbN3PQh7Voxq0N_yChAmMySX4mVnfvGWQU9Cym72H3YbXagq0ZbwozoA9gaBsZcGIufReO_KteqHVdIOCui3GmbXC098kDKD1M)>. Acesso em 15 jan.2018.

Página 33



**Bibliografia**

Terra, 20 de Setembro 2009. Disponível em: <[https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/clima/coreia-do-sul-quer-colaboracao-de-todos-contra-aquecimento,4a08d4c89d6ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html](https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fwww.terra.com.br%2Fnoticias%2Fciencia%2Fclima%2Fcoreia-do-sul-quer-colaboracao-de-todos-contra-aquecimento%2C4a08d4c89d6ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html&h=ATMsgM5z_S1_E7UPCOy-HG9zOQssaBP9aIEU3Mdp_Mx3-AbN3PQh7Voxq0N_yChAmMySX4mVnfvGWQU9Cym72H3YbXagq0ZbwozoA9gaBsZcGIufReO_KteqHVdIOCui3GmbXC098kDKD1M)>. Acesso em 15 jan.2018.  
CM, 20 de Junho 2007. Disponível em: <[http://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/china-e-o-pais-mais-poluente-do-mundo](https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fwww.cmjornal.pt%2Fmundo%2Fdetalhe%2Fchina-e-o-pais-mais-poluente-do-mundo&h=ATMsgM5z_S1_E7UPCOy-HG9zOQssaBP9aIEU3Mdp_Mx3-AbN3PQh7Voxq0N_yChAmMySX4mVnfvGWQU9Cym72H3YbXagq0ZbwozoA9gaBsZcGIufReO_KteqHVdIOCui3GmbXC098kDKD1M)>. Acesso em 15 jan.2018  
The Telegrafh. Disponível em: <[http://www.telegraph.co.uk/sponsored/china-watch/politics/12033475/china-cop21-climate-change-conference.html&prev=search](https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fwww.telegraph.co.uk%2Fsponsored%2Fchina-watch%2Fpolitics%2F12033475%2Fchina-cop21-climate-change-conference.html%26prev%3Dsearch&h=ATMsgM5z_S1_E7UPCOy-HG9zOQssaBP9aIEU3Mdp_Mx3-AbN3PQh7Voxq0N_yChAmMySX4mVnfvGWQU9Cym72H3YbXagq0ZbwozoA9gaBsZcGIufReO_KteqHVdIOCui3GmbXC098kDKD1M)>. Acesso em 16 jan.2018.  
The Guardian, 03 de Setembro 2016. Disponível em: <[https://www.theguardian.com/world/2016/sep/03/china-ratifies-paris-climate-change-agreement&prev=search](https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fwww.theguardian.com%2Fworld%2F2016%2Fsep%2F03%2Fchina-ratifies-paris-climate-change-agreement%26prev%3Dsearch&h=ATMsgM5z_S1_E7UPCOy-HG9zOQssaBP9aIEU3Mdp_Mx3-AbN3PQh7Voxq0N_yChAmMySX4mVnfvGWQU9Cym72H3YbXagq0ZbwozoA9gaBsZcGIufReO_KteqHVdIOCui3GmbXC098kDKD1M)>. Acesso em 14 jan.2018.  
Collective Responsibility. Disponível em: <[http://www.coresponsibility.com/cop21-the-role-of-china/&prev=search](https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fwww.coresponsibility.com%2Fcop21-the-role-of-china%2F%26prev%3Dsearch&h=ATMsgM5z_S1_E7UPCOy-HG9zOQssaBP9aIEU3Mdp_Mx3-AbN3PQh7Voxq0N_yChAmMySX4mVnfvGWQU9Cym72H3YbXagq0ZbwozoA9gaBsZcGIufReO_KteqHVdIOCui3GmbXC098kDKD1M)>. Acesso em 14 jan.2018.

Agência Brasil, 30 de Novembro 2015. Disponível em: < http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-11/cop21-putin-pede-um-acordo-vinculativo-que-continue-quioto>. Acesso em 15 jan.2018.  
The Japan Times. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/tag/cop21/&prev=search>. Acesso em 15 jan.2018.

Earth in Brackets, 01 de Dezembro 2015. Disponível em: < http://www.earthinbrackets.org/2015/12/01/leaders-event-and-japanese-position-toward-the-cop-21/&prev=search>. Acesso em 15 jan.2018.

The Guardians, 10 de Novembro 2015. Disponível em: https://www.theguardian.com/environment/2015/nov/10/saudi-arabia-submits-climate-pledge-to-un-deal>. Acesso em 16 jan.2018.

Observatorio do Clima, 08 de Junho 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodoclima.eco.br/uma-alianca-verde-com-a-europa/>>. Acesso em 13 jan. 2018.

The Guardians. Disponível em: https://www.theguardian.com/environment/2016/oct/02/india-paris-climate-change-agreement-un-narendra-modi&prev=search>. Acesso em 13 jan. 2018.

Jornal GGN. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/eolica-foi-a-maior-fonte-de-eletricidade-da-espanha-em-2013>. Acesso em 22 de mar.2018.

Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Espanha#Energias\_renov%C3%A1veis>. Acesso em 22 de mar.2018.

Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dinamarca>. Acesso em 24 de mar.2018.

Oxfam. Disponível em:<https://peru.oxfam.org/%C2%BFpor-qu%C3%A9-la-cop21-es-tan-importante-para-per%C3%BA>. Acesso em 24 de mar.2018.

La Razón, 13 de Dezembro 2015. Disponível em: <http://www.la-razon.com/mundo/Acuerdo-COP21-acoge-propuestas-Bolivia\_0\_2397960295.html>. Acesso em 25 de mar.2018

Fundácion Jubileo. Disponível em: <http://www.jubileobolivia.org.bo/publicaciones/articulos/item/390-bolivia-se-plantea-compromisos-para-la-cop-21-con-bajo-presupuesto-para-el-cambio-climatico.html>. Acesso em 25 de mar.2018.

Página 34